

## SUMÁRIO

### TÍTULO I

#### INTRODUÇÃO ÀS TÉCNICAS DE EXECUÇÃO FORÇADA

#### CAPÍTULO I

#### AS VIAS DE EXECUÇÃO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

1.	Tutelas jurisdicionais .....	31
2.	Breve histórico da ação executiva.....	32
3.	As sucessivas reformas do CPC, que culminaram com a abolição da <i>actio iudicati</i> , no campo do cumprimento das sentenças, e com a implantação em caráter geral da <i>executio per officium iudicis</i> .....	34
4.	A modernização da execução do título extrajudicial.....	37
5.	Principais inovações da execução do título extrajudicial e direito intertemporal.....	37
6.	Vias de execução disponíveis no moderno processo civil brasileiro.....	39
7.	Nova estrutura do presente livro .....	40

### TÍTULO II

#### O PROCESSO DE EXECUÇÃO DISCIPLINADO PELO LIVRO II DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

#### CAPÍTULO II

#### EXECUÇÃO FORÇADA

8.	Processo de execução.....	41
9.	Evolução histórica da execução .....	43
10.	A execução no direito brasileiro.....	44
11.	Tendências do processo de execução no direito brasileiro.....	46
12.	Opção entre ação executiva e ação cognitiva.....	48
13.	Meios de execução .....	51
14.	Modalidades dos meios de execução .....	52
15.	Natureza do processo de execução.....	53
16.	Processo de execução e processo de conhecimento. Diferenças essenciais .....	54
17.	Autonomia do processo de execução .....	57
18.	Autonomia da execução e as reformas do CPC .....	58
19.	Objetivo da execução .....	59

20.	Condições e pressupostos da execução .....	60
21.	A função do título executivo .....	61
22.	Princípios informativos do processo de execução.....	63
23.	As várias modalidades de execução .....	66
24.	Atos de execução .....	67
25.	Relação processual executiva.....	68
26.	Citação executiva .....	69
27.	Princípio da oficialidade .....	70

### CAPÍTULO III

#### ELEMENTOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

28.	Visão dinâmica e estática do processo .....	71
29.	Classificação dos elementos do processo.....	71
30.	Objeto da execução .....	72

### CAPÍTULO IV

#### AS PARTES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO (I)

31.	Conceito .....	75
32.	Legitimação ativa.....	76
33.	Legitimação ativa originária .....	77
34.	Litisconsórcio e assistência no processo de execução .....	77
35.	Legitimação ativa derivada ou superveniente .....	79
36.	Espólio .....	79
37.	Herdeiros e sucessores .....	81
38.	Momento da sucessão .....	81
39.	Cessionário.....	82
40.	Sub-rogado.....	83
41.	Situações especiais: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante .....	84
42.	Terceiros interessados .....	84

### CAPÍTULO V

#### AS PARTES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO (II)

43.	Legitimação passiva.....	85
44.	O devedor.....	87
45.	Sucessores .....	87
46.	O novo devedor .....	88
47.	Fiador judicial .....	90
48.	Fiador extrajudicial .....	90
49.	Responsável tributário .....	92
50.	Denúnciação da lide.....	97

51.	Chamamento ao processo.....	98
52.	Intervenção de curador especial ao executado revel .....	100

## CAPÍTULO VI

### CÚMULO DE EXECUÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL DO EXEQUENTE

53.	Cúmulo objetivo de execuções .....	101
54.	Cúmulo subjetivo .....	103
55.	Responsabilidade civil decorrente de execução indevida .....	103
56.	Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título .....	104

## CAPÍTULO VII

### COMPETÊNCIA

57.	Juízo competente para a execução .....	107
58.	Execução de sentença.....	107
59.	Competência para execução de títulos extrajudiciais.....	108
60.	Competência para a execução fiscal .....	108
61.	Título executivo extrajudicial estrangeiro.....	109
62.	Competência para deliberação sobre os atos executivos.....	110
63.	Competência internacional.....	110

## CAPÍTULO VIII

### REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO

64.	Pressupostos específicos da execução forçada.....	111
65.	Inadimplemento do devedor.....	111
66.	Inadimplemento em contrato bilateral .....	112
67.	Título executivo .....	114
68.	Conteúdo do título executivo .....	114
69.	Forma dos títulos executivos.....	116

## CAPÍTULO IX

### TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS

70.	Execução de sentença e ação executiva .....	117
71.	Impossibilidade de conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança .....	118
72.	Posição do título executivo extrajudicial no atual regime processual brasileiro.....	118
73.	Classificação .....	119

74.	Títulos cambiários e cambiariformes .....	120
75.	Duplicata sem aceite .....	121
75-a.	Boleto bancário .....	123
76.	Registro fiscal das cambiais .....	124
77.	Responsáveis cambiários .....	125
78.	Documento público ou particular .....	126
79.	Confissões de dívida .....	126
80.	Hipoteca, penhor, anticrese e caução .....	127
81.	Execução hipotecária .....	129
81-a.	Superposição de hipotecas sobre o mesmo imóvel .....	131
81-b.	Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel .....	131
82.	Classificação das garantias .....	132
83.	Seguros .....	133
84.	Rendas imobiliárias .....	134
85.	Encargo de condomínio .....	135
86.	Custas judiciais, emolumentos e honorários .....	136
87.	Dívida ativa da Fazenda Pública .....	136
88.	Títulos executivos definidos em outras leis .....	140
88-a.	Decisões dos Tribunais de Contas .....	140
88-b.	Contrato administrativo e nota de empenho .....	141
89.	Cédulas de crédito rural .....	141
90.	Outras cédulas de crédito .....	142
91.	Títulos estrangeiros .....	144
92.	Contrato de abertura de crédito .....	144
93.	Conclusões .....	150
93-a.	Invalidação do título executivo .....	150

## CAPÍTULO X

### CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO CONSTANTE DO TÍTULO EXECUTIVO

94.	Requisitos da obrigação retratada no título executivo .....	153
95.	Conceito de certeza, liquidez e exigibilidade .....	153
96.	Liquidação dos títulos executivos .....	154
97.	Iliquidez parcial da sentença .....	155
98.	Prestações de trato sucessivo .....	155

## CAPÍTULO XI

### EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA

99.	Procedimento da execução forçada .....	157
100.	Observações sobre a petição inicial .....	158
101.	Execução provisória de título extrajudicial .....	159

## CAPÍTULO XII

## RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

102.	Obrigação e responsabilidade .....	161
103.	Responsabilidade e legitimação passiva para a execução .....	163
104.	Responsabilidade executiva secundária .....	164
105.	Sucessor singular .....	164
106.	Sócio .....	166
107.	Bens do devedor em poder de terceiros .....	167
108.	D�vida de cônjuge .....	168
109.	Fraude de execução .....	169
111.	A posição do terceiro adquirente em face da execução .....	174
112.	Credor titular de direito de retenção .....	175
113.	Execução contra o fiador .....	176
114.	Execução de d�vida de pessoas jurídicas .....	176
115.	Falecimento do devedor .....	177

## CAPÍTULO XIII

## DISPOSIÇÕES GERAIS

116.	Normas do processo de conhecimento .....	179
117.	Execução e procedimento sumário .....	180
118.	Ação declaratória incidental .....	181
119.	Coibiç�o dos atos atentatórios à dignidade da Justiç�a .....	182
120.	Encargos da sucumbência: custas e honorários advocatícios .....	184

## CAPÍTULO XIV

## AS DIVERSAS ESP CIAS DE EXECUÇÃO

121.	Disposições gerais .....	187
122.	Direito de preferência gerado pela penhora .....	187
123.	Ampliação da tutela aos privilégios .....	189
124.	Documentação da petição inicial .....	190
125.	Outras providências a cargo do credor .....	191
126.	Prevenção contra a fraude de execução por meio de registro público .....	192
127.	Efeito da averbação .....	192
128.	Abuso do direito de averbação .....	193
129.	Petição inicial incompleta ou mal instruída .....	193
130.	Execução e prescrição .....	194
131.	A exceção de prescrição .....	195
132.	Nulidades no processo de execução .....	196
133.	Imperfeição do título executivo .....	196
134.	Falta de título executivo .....	197
135.	Nulidade da execução fiscal .....	197

136.	Vício da citação.....	198
137.	Verificação da condição ou ocorrência do termo .....	199
138.	A arguição das nulidades.....	200
139.	Arrematação de bem gravado com direito real .....	200
140.	Intimação de outros credores com penhora sobre os mesmos bens .....	202
141.	Execução realizável por vários meios .....	202
142.	Reação do executado à execução excessivamente onerosa .....	204
143.	Peculiaridades da citação executiva .....	204
144.	Despacho da petição inicial e recurso .....	205

## CAPÍTULO XV

### EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA

145.	Conceito .....	207
146.	Entrega de coisa certa .....	208
147.	Procedimento .....	209
148.	Efeito dos embargos.....	210
149.	Cominação de multa diária .....	211
150.	Alienação da coisa devida.....	211
151.	Execução da obrigação substitutiva .....	212
152.	Iniciativa da conversão.....	213
153.	Execução de coisa sujeita a direito de retenção .....	214
154.	Casos especiais de execução para a entrega de coisa certa .....	215
155.	Execução para entrega de coisa incerta.....	216
156.	A generalização da sentença executiva “ <i>lato sensu</i> ” (Lei nº 10.444, de 07.05.2002) .....	217
157.	Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa.....	218
158.	Embargos de retenção .....	218
159.	Medidas de coerção e apoio utilizáveis na execução do título extrajudicial .....	219

## CAPÍTULO XVI

### EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER

160.	Introdução .....	223
161.	O problema da execução das prestações de fato .....	223
162.	Fungibilidade das prestações .....	224
163.	A multa como meio de coação .....	225
164.	Distinções preliminares.....	226
165.	Princípios comuns.....	227
166.	A sistemática preconizada pela Lei nº 10.444, de 07.05.2002 .....	228
167.	Execução das prestações fungíveis .....	228
168.	Realização da prestação fungível por terceiro.....	229
169.	Inadimplência do terceiro contratante .....	230

170.	Realização da prestação pelo próprio credor.....	231
171.	Autotutela prevista no novo Código Civil .....	232
172.	Execução das prestações infungíveis .....	232
173.	Execução das prestações juridicamente infungíveis: declaração de vontade .....	233
174.	Execução das obrigações de não fazer .....	234
175.	Medidas sub-rogoratórias e antecipatórias .....	234

## CAPÍTULO XVII

### EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR SOLVENTE: GENERALIDADES

176.	Introdução .....	239
177.	Execução por quantia certa como forma de desapropriação .....	240
	pública de bens privados .....	240
178.	O objetivo da execução por quantia certa .....	241
179.	Espécies .....	242
180.	Execução por quantia certa contra o devedor solvente .....	242
181.	Proposição .....	243
182.	Arbitramento dos honorários advocatícios antes da citação .....	244
183.	Redução da verba advocatícia arbitrada.....	246
184.	Arresto de bens do devedor não encontrado .....	247

## CAPÍTULO XVIII

### EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR SOLVENTE: INSTRUÇÃO PELA PENHORA

185.	Instrução.....	249
186.	Penhora .....	249
187.	Procedimento da penhora e avaliação .....	251
188.	Realização prática da penhora.....	252
189.	Natureza jurídica da penhora .....	252
190.	Extensão da penhora .....	255
191.	Razão da impenhorabilidade do capital de giro .....	257
192.	Objeto da penhora: bens penhoráveis .....	259
193.	Bens impenhoráveis .....	260
194.	Noção de impenhorabilidade .....	261
195.	Bens absolutamente impenhoráveis .....	261
196.	Ressalva geral da impenhorabilidade.....	268
197.	A impenhorabilidade do imóvel de residência da família .....	268
198.	Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal.....	270
199.	Impenhorabilidade da pequena propriedade rural.....	271
200.	Bens relativamente impenhoráveis .....	273
201.	Fundos líquidos em sociedade comercial.....	273

202.	Ilegalidade da penhora .....	274
203.	Remição da execução.....	275
204.	Nomeação de bens à penhora.....	275
205.	Falta de nomeação de bens na petição inicial .....	276
206.	Ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar.....	277
207.	Outras exigências a serem cumpridas na escolha dos bens a penhorar, por qualquer das partes.....	278
208.	Penhora de bens escolhidos pelo executado.....	278
209.	Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar .....	279
210.	Nomeação de bens pelo exequente .....	280
211.	Situação dos bens a penhorar .....	280
212.	Bens fora da comarca.....	281
213.	Penhora pelo oficial de justiça .....	282
214.	Impedimentos e obstáculos à realização da penhora.....	283
215.	Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão .....	284
216.	Intimação da penhora .....	284
217.	Alienação antecipada dos bens penhorados .....	286

## CAPÍTULO XIX

### EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR SOLVENTE: PENHORA E SUAS PARTICULARIDADES

218.	Particularidades da penhora de certos bens.....	287
219.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira .....	287
220.	Impenhorabilidade do saldo bancário .....	288
221.	Penhora de parte do faturamento da empresa executada.....	289
222.	Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento.....	290
223.	Penhora <i>on line</i> e preservação do capital de giro da empresa.....	291
223-a.	Equiparação da penhora de mão própria à penhora de dinheiro .....	292
224.	Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge não-devedor .....	293
225.	Penhora de ações e quotas sociais.....	293
226.	Penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais.....	294
227.	Penhora de direitos e ações .....	294
228.	Penhora sobre créditos do executado .....	295
229.	Sub-rogação do exequente nos direitos do executado.....	296
230.	Penhora no rosto dos autos.....	297
231.	Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas .....	297
232.	Penhora de empresas e outros estabelecimentos .....	298
233.	Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.....	298
234.	Penhora de navio ou aeronave .....	299
235.	Penhora de imóvel.....	299
236.	Penhora de imóvel situado fora da comarca da execução .....	302
237.	Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens .....	303



238.	Modificações da penhora .....	304
239.	Substituição da penhora .....	305
240.	Substituição por iniciativa de qualquer das partes .....	306
241.	Substituição por iniciativa do executado.....	307
242.	Ausência de prejuízo para o exequente na substituição .....	308
243.	Menor onerosidade para o executado.....	308
244.	Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro .....	308
245.	Liberação da penhora por remição.....	309

## CAPÍTULO XX

### EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: DEPÓSITO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PENHORADOS

246.	Depósito dos bens penhorados .....	311
247.	Nomeação do depositário.....	312
248.	Depósito dos bens imóveis.....	313
249.	Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira .....	313
250.	Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos.....	314
251.	Função do depositário .....	314
252.	Depositário comum e depositário administrador .....	315
253.	Direitos e deveres do depositário .....	316
254.	Ações sobre a posse e o domínio dos bens penhorados .....	317
255.	Responsabilidade do depositário.....	318
256.	Ação de depósito.....	318
257.	Ação de prestação de contas .....	320
259.	Entrega de bens após a expropriação executiva .....	322
260.	Prisão civil do depositário judicial.....	323

## CAPÍTULO XXI

### EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: A EXPROPRIAÇÃO

261.	Conceito .....	325
262.	Avaliação.....	326
263.	O encarregado da avaliação .....	327
264.	Laudo de avaliação .....	327
265.	Dispensa da avaliação .....	328
266.	Avaliação de bem imóvel.....	329
267.	Avaliação e contraditório .....	329
268.	Repetição da avaliação.....	330
269.	Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva .....	332

## CAPÍTULO XXII

### ADJUDICAÇÃO

270.	Introdução .....	335
------	------------------	-----

271.	Conceito de adjudicação .....	335
272.	Requisitos da adjudicação.....	336
273.	Depósito do preço .....	337
274.	Legitimação para adjudicar.....	337
275.	Adjudicação por credor.....	338
276.	Adjudicação por cônjuge, descendente ou ascendente.....	339
277.	Adjudicação (remição) do bem hipotecado após o praxeamento .....	340
278.	Prazo para a adjudicação.....	341
279.	Concurso entre pretendentes à adjudicação .....	342
280.	Auto de adjudicação.....	343
281.	Aperfeiçoamento da adjudicação .....	344
282.	Carta de adjudicação .....	344

### CAPÍTULO XXIII

#### ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

283.	As atuais dimensões da expropriação judicial através de alienação por iniciativa particular .....	345
284.	Formalização da alienação por iniciativa particular.....	346
285.	Carta de alienação .....	347

### CAPÍTULO XXIV

#### ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA

286.	Conceito de hasta pública e arrematação .....	349
287.	Natureza jurídica.....	349
288.	Espécies de hasta pública e conteúdo dos editais.....	350
289.	Leilão e praça.....	352
290.	Editais e outras divulgações da hasta pública .....	353
291.	Intimação do devedor.....	354
292.	Outras intimações.....	354
293.	Adiamento da hasta pública .....	356
294.	A hasta pública.....	356
295.	Legitimação para arrematar .....	357
296.	Forma de pagamento da arrematação.....	359
297.	Auto de arrematação .....	359
298.	Arrematação de imóveis.....	360
299.	Oportunidade da proposta de arrematação a prazo .....	361
300.	Requisitos mínimos da proposta .....	362
301.	O cumprimento das prestações.....	362
302.	Perda de eficácia da arrematação .....	362
303.	Natureza da perda de efeitos da arrematação.....	366
304.	Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor .....	367

305.	Carta de arrematação.....	368
306.	Efeitos da arrematação.....	370
307.	Evicção e arrematação.....	371
308.	Vícios redibitórios.....	372
309.	Ação anulatória da arrematação.....	372
310.	Remição dos bens arrematados.....	373
311.	Outros casos de remição (ou adjudicação?) de bens dados em garantia real.....	374

## CAPÍTULO XXV

### EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: PAGAMENTO AO CREDOR

312.	Observações preliminares.....	377
313.	Última etapa do processo de execução.....	378
314.	Entrega do dinheiro.....	378
315.	O pagamento no caso de fiança bancária e seguro garantia judicial.....	379
316.	Concurso de preferência sobre o produto da execução.....	379
316-a.	O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado.....	383
317.	Usufruto de móvel ou imóvel.....	383
318.	Efeitos do usufruto judicial.....	386

## CAPÍTULO XXVI

### EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA: DÍVIDA DA FAZENDA PÚBLICA E PRESTAÇÕES ALIMENTÍCIAS

319.	Execução contra a Fazenda Pública.....	391
320.	Julgamento.....	393
321.	Exceções ao regime dos precatórios.....	394
321-a.	Regime especial dos precatórios.....	395
322.	Execução por quantia certa fundada em sentença.....	395
323.	Execução provisória contra a Fazenda Pública.....	396
324.	Opção entre execução e ordinária de cobrança contra a Fazenda Pública.....	397
325.	Atraso no cumprimento dos precatórios.....	397
326.	Procedimento para obtenção do precatório complementar.....	398
327.	Admissibilidade, excepcional, de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública com agressão patrimonial imediata.....	398
328.	Execução fiscal contra a Fazenda Pública.....	400
329.	Execução contra entidade da Administração Indireta.....	400
330.	Execução de obrigação de dar.....	401
331.	Embargos à execução contra a Fazenda Pública.....	401
332.	Execução de prestação alimentícia.....	403
333.	A ação de alimentos e a técnica de cumprimento da sentença (Lei nº 11.232, de 22.12.2005).....	403

334.	Procedimento especial da execução alimentícia .....	404
335.	Execução provisória em matéria de alimentos .....	405

## CAPÍTULO XXVII

### A DEFESA DO DEVEDOR. INCIDENTES DA EXECUÇÃO

336.	Resistência à execução .....	409
337.	Outros meios impugnativos .....	411
338.	Embargos e impugnação .....	412
339.	Natureza jurídica dos embargos à execução .....	414
340.	Classificação dos embargos do devedor .....	415
341.	Legitimação .....	416
342.	Autonomia dos embargos de cada executado .....	417
343.	Competência .....	418
344.	Generalidades sobre o processamento dos embargos .....	420
345.	Segurança do juízo .....	422
346.	Prazo para propositura dos embargos do devedor .....	422
347.	O prazo de embargos instituído pela Lei nº 11.382 e o direito intertemporal .....	424
348.	Litisconsórcio passivo e prazo para embargar .....	425
349.	Rejeição liminar dos embargos .....	425
350.	Procedimento .....	428
351.	A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios .....	429
352.	Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé .....	431
353.	Os embargos à execução e a revelia do embargado .....	432
354.	Efeitos dos embargos sobre a execução .....	434
355.	Atribuição de efeito suspensivo aos embargos .....	434
356.	Embargos parciais .....	435
357.	Embargos de um dos co-executados .....	436
358.	Embargos fundados em excesso de execução .....	436
359.	Embargos à execução de sentença .....	436
360.	Exceção de incompetência, suspeição ou impedimento .....	438
361.	Embargos de retenção por benfeitorias .....	438
362.	Embargos à execução de título extrajudicial .....	439
363.	Arguição de nulidade da execução .....	440
364.	Vícios da penhora e da avaliação .....	441
365.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções .....	442
366.	Retenção por benfeitorias .....	443
367.	Defesas próprias do processo de conhecimento .....	444
368.	Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução .....	445
369.	Sucumbência nos embargos do devedor .....	446
370.	Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação .....	446
371.	Legitimação para os embargos do art. 746 .....	448
372.	Objeto dos embargos do art. 746 .....	448

373.	A posição especial do arrematante .....	449
374.	Litigância de má-fé nos embargos do art. 746 .....	450
375.	Efeito suspensivo dos embargos à aquisição dos bens penhorados .....	450
376.	Sucumbência e recurso nos embargos do art. 746.....	451
377.	Exceção de pré-executividade.....	451
378.	Sucumbência na exceção de pré-executividade .....	456

## CAPÍTULO XXVIII

### PARCELAMENTO FORÇADO DO CRÉDITO EXEQUENDO

379.	Moratória legal.....	459
380.	Requisitos para a obtenção do parcelamento .....	459
381.	Procedimento do incidente.....	460
382.	Indeferimento do parcelamento.....	461
383.	Descumprimento do parcelamento.....	461

## CAPÍTULO XXIX

### EMBARGOS DE TERCEIRO

384.	Conceito.....	463
385.	Legitimação ativa.....	463
386.	Legitimação passiva.....	464
387.	Valor da causa .....	465
388.	Competência .....	465
389.	Oportunidade.....	465
390.	Julgamento e recurso.....	466
391.	Procedimento .....	466
392.	Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real .....	466
393.	Sucumbência na ação de embargos de terceiro .....	467

## CAPÍTULO XXX

### EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA O DEVEDOR INSOLVENTE: INSOLVÊNCIA CIVIL

394.	Execução coletiva e execução singular .....	469
395.	Pressupostos da execução coletiva.....	470
396.	Efeitos da declaração de insolvência.....	472
397.	Características da execução coletiva.....	474
398.	Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil.....	474
399.	Insolvência de cônjuges .....	475
400.	Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo .....	476
401.	Caracterização da insolvência .....	477
402.	Legitimação.....	478
403.	Insolvência requerida pelo credor .....	480

404.	Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio.....	484
405.	Competência .....	487
406.	Declaração judicial de insolvência.....	488
407.	Atribuições do administrador.....	489
408.	Verificação e classificação dos créditos .....	492
409.	Credores retardatários e credores sem título executivo.....	493
410.	Quadro geral de credores .....	493
411.	Apuração do ativo e pagamento dos credores.....	495
412.	Encerramento e suspensão do processo .....	496
413.	Saldo devedor.....	497
414.	Extinção das obrigações.....	498
415.	Concordata civil.....	500
416.	Pensão para o devedor.....	501
417.	Insolvência de pessoas jurídicas .....	501

### CAPÍTULO XXXI

#### SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO. RECURSOS.

418.	Suspensão da execução .....	505
419.	Suspensão provocada por embargos .....	506
420.	Suspensão prevista no art. 265, n <sup>os</sup> I a III .....	506
421.	Suspensão por transação .....	507
422.	Suspensão por inexistência de bens penhoráveis.....	507
422-a.	Suspensão por medida cautelar ou por prejudicialidade .....	508
423.	Efeitos da suspensão .....	509
424.	Extinção da execução.....	510
425.	Outros casos de extinção da execução .....	511
426.	Sentença de extinção.....	512
427.	Recursos no processo de execução .....	512
428.	Sentenças de decisões em matéria de execução e seus incidentes .....	513
429.	Efeitos dos recursos .....	514
430.	Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação .....	515
431.	Causas de alçada .....	515

### CAPÍTULO XXXII

#### EXECUÇÃO FORÇADA E COISA JULGADA

432.	Introdução .....	517
433.	Processo de execução.....	517
434.	Diferenças fundamentais entre o processo de conhecimento e o processo de execução .....	518
435.	Execução forçada no atual direito brasileiro.....	520
436.	Embargos à execução.....	521

437.	Coisa julgada e estabilidade dos efeitos da execução forçada .....	523
438.	Repetição do pagamento indevido .....	528
439.	Jurisdição e execução.....	529
440.	Opiniões de Carnelutti e Micheli .....	531
441.	Preclusão “pro iudicato” .....	533
442.	Execução injusta no CPC.....	534
443.	Conclusões .....	535

### CAPÍTULO XXXIII

#### EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA

444.	Procedimento especial da execução fiscal .....	537
445.	Simplificação da petição inicial .....	539
446.	Despacho da inicial .....	539
447.	Citação do devedor .....	539
448.	Prescrição .....	540
449.	Penhora .....	541
450.	Remoção e substituição dos bens penhorados.....	541
451.	Embargos do devedor.....	542
452.	Expropriação .....	543
453.	Arrematação .....	543
454.	Adjudicação .....	544
455.	Despesas processuais .....	544
456.	Recursos.....	545

### TÍTULO III

#### CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

### CAPÍTULO XXXIV

#### A EXECUÇÃO FORÇADA COM BASE EM TÍTULO JUDICIAL

457.	As vias executivas no processo civil brasileiro .....	547
458.	A execução como ofício normal do juiz.....	547
459.	A reforma é boa mas não é milagrosa .....	549
460.	Direito intertemporal.....	551

### CAPÍTULO XXXV

#### CUMPRIMENTO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA

461.	A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados .....	553
462.	Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças.....	556
463.	A possibilidade de execução com base em sentença declaratória .....	556

463-a. Defesa do executado .....	559
464. Cumprimento por iniciativa do devedor .....	561
464-a. O cumprimento forçado por iniciativa do devedor no caso de dívida de dinheiro.....	561
465. Sucumbência .....	563

### CAPÍTULO XXXVI

#### CUMPRIMENTO DA SENTENÇA RELATIVA ÀS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER

466. Noção de obrigação de fazer e não fazer .....	565
467. Execução específica e execução substitutiva .....	566
468. Tutela específica .....	566
469. Característica do procedimento da execução específica .....	568
470. Tutela substitutiva .....	568
471. Medidas de apoio .....	569
472. A multa ( <i>astreinte</i> ) .....	570
473. Cumulação da multa diária com medida de execução específica.....	575
474. Execução da multa .....	575
474-a. Procedimento a observar na execução da multa.....	577
474-b. A prévia intimação do devedor como requisito para a execução da multa ( <i>astreinte</i> ) .....	578
474-c. Modificação da multa imposta .....	580
475. Obrigações de não fazer .....	581
476. Encerramento do processo .....	582

### CAPÍTULO XXXVII

#### EXECUÇÃO DA SENTENÇA QUE CONDENA AO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE DECLARAR VONTADE

477. Execução das prestações de declaração de vontade .....	583
478. Satisfação da contraprestação a cargo do exequente.....	585
479. A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade .....	585
479-a. Algumas observações sobre o compromisso de compra e venda de imóveis.....	586
479-b. A natureza jurídica da sentença .....	587

### CAPÍTULO XXXVIII

#### CUMPRIMENTO DA SENTENÇA RELATIVA À OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DE COISA

480. Noção de obrigação de dar ( <i>entrega de coisa</i> ) .....	589
481. Execução específica e execução substitutiva .....	589
482. Procedimento pós-sentença .....	590



483.	Tutela substitutiva .....	590
484.	Multa e outras medidas de apoio.....	591
485.	Obrigação genérica .....	592
486.	Retenção por benfeitorias.....	592

## CAPÍTULO XXXIX

### CUMPRIMENTO DA SENTENÇ  RELATIVA   OBRIGAÇÃO POR QUANTIA CERTA

487.	Noção de obrigação por quantia certa .....	595
488.	Execução por quantia certa fundada em sentenç�a .....	595
489.	Multa legal .....	596
490.	Fixação da jurisprudência do STJ em torno da multa do art. 475-J do CPC.....	598
491.	Requerimento do credor.....	599
492.	O procedimento executivo .....	600
493.	Impugnação do executado.....	601
494.	Enumeração legal dos temas abord�veis na impugnação ao cumprimento da sentenç�a .....	602
495.	Incompetência do juízo, impedimento ou suspeição do juiz.....	610
496.	Regra especial para a impugnação ao excesso de execução .....	611
496-a.	O cumprimento da sentenç�a e a prescrição .....	611
496-b.	O problema da iliquidez da sentenç�a .....	612
497.	Procedimento da impugnação .....	613
498.	Efeito da impugnação.....	613
499.	Instrução probatória .....	613
500.	Julgamento da impugnação .....	614
500-a.	Coisa julgada no incidente de impugnação ao cumprimento de sentenç�a.....	614

## CAPÍTULO XL

### TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS

501.	Noções introdutórias .....	617
502.	Medidas preparatórias .....	618
503.	Procedimento especial: sentenç�a penal, sentenç�a arbitral e sentenç�a estrangeira .....	619
504.	Encerramento da execução de sentenç�a .....	619
505.	Sentenç�a condenatória civil .....	620
506.	Nova visão dos efeitos da sentenç�a declaratória .....	622
507.	Sentenç�as de indenização por ato ilícito .....	624
508.	Pensionamento em s�larios mínimos .....	627
509.	Sentenç�a penal condenatória.....	627
510.	Sentenç�a homologatória de conciliação ou de transação .....	629
511.	Homologação de acordo extrajudicial.....	630
512.	Sentenç�a arbitral.....	630

513.	Sentença estrangeira.....	631
514.	O formal de partilha.....	631
515.	Condenações a prestações alternativas.....	632
516.	Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo.....	633
517.	Requisito de admissibilidade da sentença condicional ou a termo.....	635
518.	Julgamento fracionado da lide.....	635

## CAPÍTULO XLI

### EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA

519.	Noções introdutórias.....	637
520.	Fundamentos da execução provisória.....	637
521.	Execução de título extrajudicial embargada.....	638
522.	Situação do tema no Código.....	639
523.	Normas básicas da execução provisória.....	640
524.	Incidentes da execução provisória.....	643
525.	Processamento da execução provisória.....	643
525-a.	Execução provisória por quantia certa.....	643

## CAPÍTULO XLII

### COMPETÊNCIA

526.	Juízo competente para o cumprimento da sentença.....	645
527.	Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença.....	645
528.	Competência opcional para o cumprimento da sentença relativa a obrigação por quantia certa.....	646
529.	Competência para cumprimento da sentença arbitral.....	646
530.	Competência para execução civil da sentença penal.....	647
531.	Competência internacional.....	647
531-a.	Direito intertemporal.....	648

## CAPÍTULO XLIII

### TÍTULO JUDICIAL ILÍQUIDO

532.	Sentença ilíquida.....	649
533.	Execução da sentença ilíquida.....	649
534.	Casos de iliquidez da sentença.....	650
535.	Natureza jurídica da liquidação da sentença.....	651
536.	A liquidação e os honorários advocatícios.....	652
537.	Limites da liquidação.....	653
538.	Contraditório.....	654
539.	Liquidez parcial da sentença.....	654
540.	Liquidação por iniciativa do vencido.....	654
541.	Recursos.....	655

---

542.	Liquidação frustrada .....	656
543.	Procedimentos possíveis .....	657
544.	Liquidação por cálculo.....	657
545.	Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos .....	658
546.	Memória de cálculo aparentemente excessiva .....	659
547.	Liquidação por arbitramento.....	660
548.	Liquidação por artigos .....	661
549.	A indisponibilidade do rito da liquidação .....	662
550.	Rescisão da decisão liquidatória .....	664
551.	Direito intertemporal.....	665
BIBLIOGRAFIA .....		669
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....		679